

# ***A economia em Machado de Assis, de Gustavo Franco: uma leitura crítica\****

***A economia em Machado de Assis, by Gustavo Franco: a critical reading***

Andrey Borges Bernardes\*\*

**Resumo:** O presente texto oferece uma leitura crítica da obra *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*, de Gustavo Franco. A parte inicial do artigo é dedicada a uma reflexão teórico-metodológica acerca da história do pensamento econômico, da história intelectual e das contribuições dos estudos culturais para a relação entre economia e literatura, buscando situar a obra de Franco. Além disso, será feita uma breve exposição de sua trajetória profissional e política a fim de contextualizar sua perspectiva de análise da obra de Machado. Por fim, a obra de Franco será apresentada, assim como os temas centrais das 39 crônicas de Machado de Assis selecionadas e comentadas pelo autor. Tanto a seleção quanto os comentários, como demonstraremos, são feitos com o intuito de desqualificar o pensamento econômico de Machado de Assis a fim de oferecer uma leitura ortodoxa da história econômica dos últimos anos do Império e dos primeiros da República.

**Palavras-chave:** Encilhamento. História do Pensamento Econômico. Literatura. História Intelectual. Gustavo Franco.

**Abstract:** This text offers a critical reading of the work *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*, by Gustavo Franco. The initial part of the article is dedicated to a theoretical-methodological reflection on the history of economic thought, intellectual history and the contributions

\* Submissão: 06/05/2024 | Aprovação: 16/09/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v28i1.982

\*\* Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor de História no Instituto Federal do Sertão Pernambucano | ORCID: 0009-0008-9398-9183 | E-mail: andrey.bernardes@ifsertao-pe.edu.br



of cultural studies to the relationship between economics and literature, seeking to situate Franco's work. In addition, there will be a brief explanation of his professional and political trajectory in order to contextualize his perspective of analysis of Machado's work. Finally, Franco's work will be presented as well as the central themes of the 39 chronicles by Machado de Assis selected and commented by the author. This selection and comments, as we will demonstrate, are made with the aim of disqualifying the economic thought of Machado de Assis in order to offer an orthodox reading of the economic history of the last years of the Empire and the first years of the Republic.

**Keywords:** Encilhamento. History of economic thought. Literature. Intellectual History. Gustavo Franco.

**JEL:** B310

## Introdução – Evidência histórica e evidência linguística

Em novembro de 2019, o economista Gustavo Franco palestrou no ciclo de conferências da Academia Brasileira de Letras (ABL) sobre o tema “Economia e literatura” (Franco, 2019).<sup>1</sup> Dois pontos merecem destaque em sua apresentação, pois desvelam sua perspectiva teórica e metodológica acerca da interação entre as duas áreas. O primeiro deles é que Franco considera a literatura como uma evidência histórica e, portanto, fonte para o estudo da história econômica. O segundo é que sua leitura das transformações do passado é orientada, predominantemente, por uma abordagem cultural. A opção por essa abordagem, explica o economista, serve como uma superação da determinação da cultura pela economia, o que ele considera ser uma abordagem marxista ultrapassada. O exemplo por ele dado na palestra é uma crítica às explicações de viés estruturalista, que entenderia Shakespeare como um resultante da exploração colonial da América, origem dos metais preciosos que enriqueceram os cofres ingleses, viabilizando o surgimento de um contexto artístico prolífico e sofisticado. Ao contrário, Franco aponta para mudanças culturais e comportamentais endógenas: uma espécie de modificação das disposições pessoais e o desenvolvimento do interesse pelo acúmulo de riquezas e crescimento econômico teriam levado, em última instância, não só ao desenvolvimento do capitalismo industrial britânico, mas também, em paralelo, às modificações nas práticas de lazer e divertimento, crescentemente ligadas ao teatro, o que teria viabilizado o surgimento de uma figura como Shakespeare.

Quanto ao primeiro ponto – a literatura como evidência histórica – Fermín Allende Portillo (2010) faz algumas ressalvas. O autor considera que para a história econômica, os métodos rigorosos que lhe dão validade vem da história e que a literatura não serve como fonte para informações específicas ou factuais. Serve, portanto, como uma espécie de fonte complementar por meio da qual seria possível sentir o “pulso da história”. Dito de outro modo, é como se a literatura pudesse oferecer, ao permitir ao leitor experimentar o passado como que transportado para outro tempo e espaço, nas palavras do próprio autor, uma sensação, experiência ou percepção abrangente que auxiliaria na compreensão do objeto de pesquisa.

<sup>1</sup> A conferência foi inteiramente gravada e o vídeo está disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=f\\_NRdO\\_FQBk](https://www.youtube.com/watch?v=f_NRdO_FQBk)>.

O autor não esclarece, no entanto, se esse suposto recurso de transporte tem a mesma validade quando um autor de obra literária do século XIX, por exemplo, escreve uma história que se passa em período ainda mais remoto. A “sensação”, “percepção” e “experiência” do passado teriam a mesma validade para o leitor? Ou o contexto de imersão é sempre o de produção da obra e não o do recorte temporal em que o roteiro da obra ficcional está enquadrado? Essas questões retóricas apontam para a inevitável ligação entre a literatura, a história e a linguística.

Acerca dessa discussão, Çinla Akdere e Christine Baron (2018) reconhecem que o texto literário pode ser utilizado como evidência histórica para o estudo de história econômica, embora avaliem que uma perspectiva mais complexa busca na literatura um reflexo dos valores, opiniões e conflitos sobre a vida econômica.<sup>2</sup> Ou seja, a literatura revela mais do contexto de sua produção. Além disso, a literatura pode permitir explorar a cultura subjacente à produção literária e que é compartilhada com outros meios intelectuais, sejam da política ou da economia, auxiliando a explorar nossa herança cultural. Nesse sentido, o estudo da literatura em interação com a economia pode fazer avançar a história do pensamento econômico uma vez que auxilia na compreensão de um universo compartilhado de ideias. Nessa abordagem, história intelectual, história do pensamento econômico e literatura interagem de maneira produtiva.

Mais além, apesar da economia ter nascido muito próxima das ciências sociais, da moral e da filosofia, o progressivo afastamento da disciplina em direção às ciências duras levou a uma concepção dominante de que os indivíduos agem de maneira racional para otimizar e maximizar seus ganhos, fazendo com que essa visão distorcesse a própria leitura do passado a partir de um viés utilitarista, sendo este um dos paradigmas do pensamento neoclássico. Desse modo, a consideração da literatura para o estudo da história do pensamento econômico pode auxiliar economistas profissionais a não caírem na armadilha de conceitualizar o comportamento humano estritamente a partir dessas supostas escolhas racionais em vias de otimização de interesses.

---

<sup>2</sup> Todos os autores mencionados, seja G. Franco, em sua conferência, P. Allende ou A. Çinla e C. Baron, nos textos referenciados, também tratam da dimensão didática da literatura para o ensino de economia e história econômica. Essa dimensão, no entanto, não será aqui privilegiada por fugir do tema do artigo.

Quanto ao segundo ponto destacado da palestra de Franco – a abordagem cultural da história –, há uma importante contribuição da virada linguística para essa perspectiva. Franco, inclusive, flerta com ela ao mencionar como a língua inglesa falada nos tempos de Shakespeare ainda apresentava uma fraca correspondência com a língua escrita. A propósito, nas bibliotecas de Londres do século XVII a maioria dos volumes estavam em latim e não em inglês. Franco afirma que houve uma conformação simultânea e com repercussões mútuas do uso da língua inglesa escrita, das suas expressões artísticas, bem como do desenvolvimento da economia de mercado e da moeda. De algum modo, essa nova conformação da língua permitiu a expansão da economia de mercado e das expressões artísticas correspondentes. A importância da linguagem é tamanha para os estudos de história do pensamento econômico e história econômica a partir da perspectiva cultural que alguns autores chegam a dizer que o próprio objeto desses estudos é a *linguagem* econômica (Tribe, 2023). Essa linguagem econômica seria reveladora do contexto de produção dos intelectuais da economia, bem como das formas de recepção.

Mais ou menos no mesmo sentido, Ryan Walter (2023), cuja visão da história do pensamento econômico é tributária da história intelectual da Escola de Cambridge, toma o texto econômico como evidência linguística. Por um lado, Walter discorda de Franco, pois enquanto este trata do texto literário como evidência histórica, ou seja, factual, aquele entende o texto econômico na medida em que viabiliza uma análise contextual do ambiente intelectual, algo como o desvelamento das correntes culturais subjacentes mencionadas por Akdere e Baron. Por outro lado, os autores parecem estar de acordo quanto ao papel criador da linguagem, na medida em que Walter afirma que até o século XIX não havia uma disciplina de economia própria, por não haver um vocabulário e uma linguagem econômica próprios. Assim, os autores que escreviam sobre economia compartilhavam de um mesmo universo intelectual com autores da política, da moral, da religião e de outras áreas do conhecimento. Tentar explorar o passado sem essas considerações, segundo o autor, conduzirá a conclusões anacrônicas, em que os textos de outrora são colocados a serviço de polêmicas atuais e compreendidos não a partir de sua própria linguagem.

Essa crítica é direcionada aos economistas que fazem uma história

do pensamento econômico não a partir dessas preocupações com a linguagem ou com o contexto, mas com uma reconstrução racional da disciplina, eivada de uma auto-história imaginada do passado a fim de justificar a disciplina atual. Assim, a história do pensamento econômico aparece como uma evolução de procedimentos cumulativos caminhando para modelos cada vez mais aprimorados. O contexto de produção desse conhecimento econômico ou os princípios que se mostraram equivocados aos olhos do presente são abandonados, pois o interesse por eles pareceria diletantismo (De Paula, 2017). A distinção da perspectiva sobre a história do pensamento econômico entre economistas e historiadores é também abordada por Marcos Taroco Resende (2022). Os primeiros, em geral, percebem a história do pensamento econômico de maneira evolutiva e cumulativa, de modo que a própria experiência validaria o que há de “certo” nas teorias e pensamentos do passado e eliminaria o “errado”, somatizando nos trabalhos mais recentes da área os pensamentos pretéritos válidos. Nesse sentido, o passado é instrumentalizado para usos presentes. Já a história do pensamento econômico em aproximação com a história intelectual diz respeito a uma posição defendida por muitos historiadores econômicos que advogam a valorização do contexto histórico para a compreensão do desenvolvimento de determinada teoria econômica, como temos visto.

Em suma, o que estamos tentando argumentar é que Franco, em certa medida, parece estar ciente das contribuições dos estudos culturais e da virada linguística para os estudos de história intelectual e de história do pensamento econômico em sua relação com a literatura. Ao mesmo tempo que, ao tomar da literatura como evidência histórica da forma como demonstraremos adiante, perde a visão de contexto e de produção do texto literário, deslocando anacronicamente o objeto de seu contexto e fazendo uma leitura desses textos a partir de questões contemporâneas que falsificam as evidências linguísticas, para utilizar uma expressão de Ryan Walter.

Para prosseguirmos com essa análise, vejamos um pouco mais detalhadamente a relação do economista Gustavo Franco com a literatura e as perspectivas por trás dos usos que faz dela.

O interesse de Franco pela história econômica não é recente. Sua tese de mestrado, defendida em 1982 e publicada no ano seguinte com o título *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*,

trata da política econômica de transição do Império para a República e foi vencedora do prêmio do BNDES de Economia. No início, sua tese foi orientada pelo professor Edmar Bacha, hoje membro da ABL, de quem partiu o convite para a conferência acerca da qual iniciamos este artigo. Depois da graduação e do mestrado, ambos realizados na PUC-RJ, doutorou-se em Harvard e continuou produzindo livros na área de história econômica mesmo após regressar ao Brasil como professor da mesma PUC. Entre outros temas de história econômica, escreveu sobre a primeira década da República e sua relação com a economia internacional, bem como sobre a hiperinflação dos anos 1920. Coincide com sua entrada para o Banco Central, em 1993, instituição que chegou a presidir, o distanciamento de temas de história econômica e o foco em temas econômicos contemporâneos.

No final de sua jornada pelo Banco Central, que se encerra em 1999, Franco começa a produzir algumas obras que buscam os pontos fronteiros entre literatura e economia. São elas: *A economia em Pessoa: ensaios empresariais do poeta*, coleção de escritos de Fernando Pessoa sobre economia e administração de empresas; *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*, coleção de crônicas de Machado de Assis, que será o objeto específico de nossa atenção neste artigo; *Shakespeare e a economia*, tradução da obra de Henry W. Farnam ampliada com um texto de Franco sobre a economia em torno da obra e da vida do poeta; *Dinheiro e magia*, obra de Hans C. Binswanger sobre a economia em Goethe, com apresentação e posfácio de Franco; e uma tradução do clássico *O mágico de Oz*, prefaciado por Franco.

Como se vê, todas as obras não foram propriamente escritas por Franco. São organizações de textos literários clássicos comentados por ele ou obras escritas por autores estrangeiros e apresentadas por Franco ao público brasileiro. Além disso, todas elas tratam da literatura como evidência histórica para a história econômica ou servem como fonte para uma história do pensamento econômico de não economistas, mas que auxiliariam na compreensão da cultura subjacente e do universo intelectual, político e econômico partilhado com o período. Por isso, ao mesmo tempo, trata-se de uma história intelectual.

Para os fins deste trabalho, iremos nos dedicar especificamente em analisar a organização e os comentários de Franco sobre a economia em

Machado de Assis. Antes, contudo, de nos debruçarmos propriamente sobre a obra, cabem alguns destaques da trajetória de Franco que nos auxiliarão na compreensão de seus comentários e perspectivas acerca da obra de Machado.

Uma de suas entrevistas, concedida em 2012, foi publicada com o título de efeito *Um liberal heterodoxo* (Leo, 2012). Não passava de um recurso para tornar a entrevista mais chamativa para os leitores. Durante a conversa, Franco explica que no Brasil, como um todo, se comparado aos Estados Unidos, “as situações e a experiência de política econômica são heterodoxas”, pois o Estado é demasiadamente pesado e intervencionista. Nada mais ortodoxo em termos econômicos.

Essa sua aversão pronunciada pela presença do Estado na economia, conforme ele caracteriza, vem desde os tempos da graduação. Em um texto autobiográfico, Franco (2007) afirma com certo desdém que nas formaturas de graduação de sua época como estudante, no final da década de 1970, não se falava em produtividade ou em resultados de pesquisa. Isso porque em nossa cultura empirista, amadora e evitada de improvisação, aprender na “escola da vida” era mais importante do que seguir os cânones da pesquisa internacional. Nas formaturas se jurava pelo comprometimento com a “transformação social”, que, mais do que o mérito acadêmico, na sua concepção, era colocada como prioridade para os estudantes. Disso resultaria uma produção científica medíocre e, a não ser que se trabalhasse com caridade, ainda nas palavras do autor, os profissionais teriam que ser obrigatoriamente militantes de esquerda se não quisessem ser perseguidos por aqueles a quem ele chama de membros da “patrulha”. Em outras palavras, ninguém podia ficar rico tranquilamente, sem ter que prestar satisfação, afinal, havia sido feito um juramento pela “transformação social”.

A conclusão de Franco é que o ataque da patrulha, o desinteresse pela meritocracia e pela técnica (já que as publicações não importavam) e o fato de que a prioridade profissional era a “transformação social” e não o que é “prioridade do profissional de economia” (seja lá o que isso quer dizer), resultou em um ambiente acadêmico medíocre. E que essa mesma visão medíocre embalou a Nova República, cujo lema para as finanças públicas era “tudo pelo social”. Ao fazer tudo pelo social e por sua transformação, segundo Franco, chegamos a resultados medíocres como a Cons-



tituição de 1988, a hiperinflação e as eleições de 1989, obrigados a fazer uma escolha de Sofia entre Collor e Lula. Para Franco, muito do que se chama de “social” é, na verdade, “irresponsabilidade fiscal” e um despreço da boa técnica.

Essa análise retrospectiva de sua formação acadêmica inicial dá a tônica de sua postura política. Tendo sido filiado ao PSDB e, nas palavras de Sergio Leo, tendo se tornado para muita gente “o arrogante presidente do Banco Central que sustentou a política de real sobrevalorizado” (Leo, 2012, p. 16), foi junto com FHC um dos responsáveis pela desindustrialização brasileira sob a justificativa de conter a hiperinflação. Mais recentemente, em 2018, após a vitória de Jair Bolsonaro para a presidência, Franco (2018) escreveu um artigo de opinião celebrando o casamento de conveniência entre o presidente recém-eleito e o liberalismo. Na verdade, ele considerava que o país ingressava em uma primavera liberal, título do artigo. O ex-presidente do BC deixa claro que, como casamento de conveniência, não se podia confiar no noivo. No entanto, concluía que o inimigo do PT não era mais o PSDB, mas o liberalismo, e que Bolsonaro daria força a esse liberalismo, devendo, portanto, ser apoiado. Mais além, a população da periferia brasileira estaria pronta para o liberalismo e via como inimigo mais o Estado do que uma suposta luta de classes. Ou seja, não era nem sequer necessário explicar aos mais pobres o que é Estado mínimo.

O entusiasmo foi tal que Franco trocou o PSDB pelo Partido Novo. Ainda crédulo no casamento, apesar da violência do cônjuge e das patinadas na economia, Franco (2020) considerou que para a decolagem do PIB seria necessário uma coisa: Regina Duarte! A resposta enigmática significava que não era necessário substituir Paulo Guedes no Ministério da Economia e que os rompantes agressivos do presidente e de alguns aliados do seu entorno atrapalhavam, razão pela qual uma pessoa moderada, associada à “boa política” (palavras do autor) e construtiva como Regina Duarte daria sossego para a economia deslanchar. Que o leitor avalie as consequências dessas opiniões.

De todo modo, o que tentamos demonstrar em uma seleção aligeirada de opiniões e perspectivas oferecidas pelo próprio autor em alguns de seus textos acadêmicos e jornalísticos, é seu liberalismo ortodoxo marcante e a utilização recorrente de conceitos operativos a essa ortodoxia associada,

como Estado mínimo, antiesquerdismo e meritocracia. Além disso, evidenciamos algumas premissas teórico-metodológicas assumidas por Franco para compreender a interseção entre economia e literatura, como a utilização desta como evidência histórica e a abordagem cultural da história econômica. Mais além, buscamos demonstrar como as obras de Franco sobre literatura e economia encontram-se nos campos da história do pensamento econômico, da história econômica e da história intelectual.

A visão e as obras de Franco acerca das conexões entre literatura e economia são relevantes e gozam de prestígio junto à intelectualidade brasileira, razão pela qual o pensamento de Franco e sua esfera de influência devem ser considerados pelos – e são de interesse dos – historiadores econômicos e do pensamento econômico que têm na literatura seu objeto de análise. Interesse mais especial tem a obra de Franco dedicada ao pensamento econômico de Machado de Assis, fundador da prestigiada ABL, associação da intelectualidade brasileira, na qual o economista recebeu destaque ao ser convidado a discursar sobre economia e literatura, apresentando uma análise e uma crítica econômica justamente sobre o bruxo do Cosme Velho. É exatamente a obra de Franco sobre o pensamento econômico de Machado de Assis que pretendemos analisar neste artigo.

Além desta primeira parte, em que foram apresentadas as premissas teórico-metodológicas, econômicas e políticas de Gustavo Franco, o artigo tem mais duas seções. Uma delas é dedicada a apresentar brevemente diversas utilizações da obra de Machado de Assis para a história e para a economia, evidenciando a pluralidade das interpretações da vasta obra desse que é um dos maiores escritores da língua portuguesa, sendo a leitura de Franco apenas uma dentre várias já feitas. A segunda parte está subdividida em quatro seções. Na primeira, faremos uma apresentação da obra *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*, oferecendo uma síntese da introdução do livro. Na segunda, apresentaremos uma divisão temática das 39 crônicas selecionadas por Franco para compor o livro, de acordo com uma organização por nós criada, oferecendo uma síntese dos argumentos, das figuras e das posições de Machado quanto a esses temas, bem como das leituras feitas por Franco acerca das mesmas temáticas. Na terceira, oferecemos uma série de argumentos que demonstram como Franco procurou desqualificar algumas posições

de Machado de Assis em suas crônicas. E na última seção, propomos nossa interpretação acerca do olhar oblíquo do próprio Franco sobre a obra de Machado, demonstrando a diluição de um pensamento econômico ortodoxo ao longo dos comentários feitos às crônicas do bruxo do Cosme Velho.

## 1. Machado de Assis para a economia

A grandiosidade da obra de Machado de Assis permite que seus escritos sejam levados em consideração para explicar inúmeros aspectos da sociedade, ou que a vasta crítica literária sobre sua obra considere uma diversidade de aspectos sociais. O poder explicativo para a História foi considerado por autores como John Gledson (1986), Sidney Chalhoub (1990) e Raymundo Faoro (2001), para ficar nos mais conhecidos. Quanto ao poder explicativo para a Economia, para além da obra de Gustavo Franco, podemos citar o texto de Luiz Fernando Saraiva e de Rejane Valvano Corrêa da Silva (Saraiva; Silva, 2022).

O bruxo do Cosme Velho pertencia a várias periferias ou, nos dizeres de hoje, seria sujeito de uma interseccionalidade entre uma condição social, racial e mundial periférica. E soube, como poucos, a partir dessa perspectiva interseccionalmente periférica, reconhecer as muitas contradições do desenvolvimento da moderna sociedade capitalista, não só para a realidade brasileira, mas com validade para o desenvolvimento do capitalismo mundial e de sua capacidade de modificar, sem precedentes, toda a face da Terra. Sua crítica irônica era tanto com relação às manifestações locais das contradições capitalistas quanto com relação à aceleração do mercado, tal como expressa na obra *Memórias póstumas de Brás Cubas* (Schwarz, 2000). A mesma ironia crítica é apontada por Chalhoub na crônica de Machado sobre Pancrácio, denunciando as relações paternas entre senhor e ex-escravo que se perpetuaram após a abolição, bem como a própria falência do sistema escravista no final do XIX, forçando senhor e escravo a negociarem.

Saraiva e Silva, por sua vez, tratam de uma questão recorrente entre economia de mercado e preceitos religiosos cristãos, encarnados na figura ou ideia do Diabo, disseminada em vários escritos, mas em particular na obra de Machado. No conto “*A igreja do Diabo*”, Lucifer dialoga com

Deus afirmando que irá criar uma igreja como a dele, mas com valores totalmente invertidos. O Diabo reconhece que mesmo os homens probos e honestos cometem pequenos pecados e delitos. São como um tecido de veludo com uma franja de algodão. É dessa franja que ele pretende puxar. Em contrapartida, o Diabo percebeu surpreso que mesmo os homens mais nefastos e maldosos também cometem atos de bondade. Eram tecidos de algodão com franjas de veludo. Ao dividir com Deus seu dilema, o de encontrar um pouco de bondade mesmo na igreja do vício, o Diabo escuta que não há nada a se fazer, pois essa é a eterna contradição humana. Os autores interpretam esse conto como uma alegoria da expansão do mercado capitalista. Para compreendermos a alegoria, lançam mão de outro autor que também fez paralelos entre a economia de mercado e a ideia do Diabo: Karl Polanyi (2000).

Polanyi argumentou que o ineditismo da sociedade capitalista estava nas transformações originadas pelo mercado. O mercado era o *moinho satânico* que se alimentou da destruição de outros modos de organização econômica e social. Embora o mercado seja antediluviano, na expressão de Marx, ou seja, tenha existido desde as sociedades mais antigas, constituía um espaço marginal e ocupava uma pequena parcela dessas sociedades. As práticas mercantis e os mercadores estavam longe de determinar o funcionamento da vida econômica e social antes do início do século XIX. As sociedades anteriores à expansão do moinho satânico não permitiam a generalização das práticas mercantis, pois não estavam dispostas a sacrificar certos valores culturais e sociais ou princípios de reciprocidade, domesticidade e redistribuição, que eram mais importantes para a coesão e organização social do que o mercado. Na alegoria de Machado, esses valores e princípios eram como o manto de veludo, enquanto o mercado, agindo nas margens da sociedade – inclusive, porque era a forma de contato com produtos e sociedades externas –, constituía a franja de algodão pela qual o Diabo puxaria para engrossar a sua igreja.

A sociedade capitalista, em contraste, não encontra limites morais ou religiosos para a sua expansão. Na verdade, esses limites, no entendimento de certos economistas, são compreendidos como atavismos, heranças culturais ultrapassadas ou deseconomias. O moinho satânico mói tudo e os mercados e mercadores, que antes eram um elo com o exterior e o desconhecido, passam a ocupar a posição central da organização eco-

nômica e social. Como o mercado e os mercadores constituem essa ligação com o exterior, acabam sendo investidos de algo misterioso. Talvez por essa investidura misteriosa é que muitos tenham associado o mercado a algo demoníaco, desconhecido e possivelmente mal e disruptivo. Além disso, enquanto as religiões condenavam o egoísmo, a usura e o interesse próprio, a igreja do Diabo iria inverter esses valores, transformando-os em virtude, como na fábula das abelhas de Mandeville.

Saraiva e Silva nos deram um bom exemplo, por meio da análise de um único conto, da sagacidade de Machado de Assis para ler criticamente a sociedade capitalista que ele via se configurar no Brasil na virada do século XIX para o XX, e de como a obra de Machado tem um poder explicativo para a Economia. Esse mesmo interesse pelo olhar de Machado para a economia é encontrado na obra de Franco, que passamos a analisar.

## **2. O olhar oblíquo do economista**

### **2.1 Apresentação da obra**

Em seu livro sobre crônicas de Machado de Assis, Franco busca o olhar machadiano sobre eventos econômicos e financeiros. As crônicas foram escolhidas para a realização de seu objetivo, pois Machado se dedicou a elas por mais de 40 anos ininterruptos e pela sua qualidade literária. Por um lado, a crônica parece um gênero frívolo, não destinado às grandezas do romance, que se pretende imortal e eterno, por tratar de temas corriqueiros que envelhecem rapidamente e se tornam desinteressantes para homens de outros tempos. Por outro lado, a crônica pode apresentar um vínculo profundo com o seu próprio tempo e carregar um teor íntimo e humano, capaz de penetrar na complexidade psicológica e social de seu tempo. O autor acredita que esta última propriedade da crônica, somada à qualidade literária de Machado e à sua dedicação duradoura ao gênero, tornam sua escolha acertada, de modo que é possível pensar a Economia a partir do olhar machadiano.

As 39 crônicas selecionadas compreendem o período que vai de 1883 a 1900, e o autor justifica sua escolha por duas razões: foi uma época de transformações e reformas políticas e econômicas radicais; e, na ocasião, Machado de Assis já era o maior escritor nacional. Além disso, o próprio Franco é um especialista no Encilhamento, que faz alusão às corridas de

cavalo quando no momento de encilhá-los, ou seja, de selá-los, os apostadores se reuniam para fazer seu jogo, como os acionistas reunidos na frente da bolsa para fazer suas apostas econômicas. A virada do século XIX para o XX foi conhecida como Encilhamento por um certo desvario nos tipos de investimento e na sanha de ganhar dinheiro com especulações.

As 39 crônicas têm como tema principal a economia ou então foram selecionadas quando as observações de Machado justificassem sua escolha e caracterizassem sua relevância. A coesão da escolha está no enredo das crônicas selecionadas que o autor pretendeu criar. Machado era acionista da *Gazeta de Notícias*, órgão da imprensa que publicou suas crônicas por muitos anos. Machado, conseqüentemente, escrevia muitas vezes sobre o próprio Encilhamento e sobre investidores e ações não apenas como observador distante, mas como participante e interessado direto. Não existem provas definitivas, mas o organizador do livro aventava a possibilidade de Machado ser também acionista do Banco do Brasil. Seja como for, Machado lança esse olhar oblíquo sobre o mundo econômico, um olhar que não é de especialista, não é central em sua obra, não é direto, mas que está sempre lá.

A ideia de Franco é original e perspicaz, além de ele próprio ser um estudioso do Encilhamento, como já dissemos, de modo que seus comentários sobre as crônicas são esclarecedores e elucidativos. Debruçando-se sobre um escritor que não era especialista em Economia, mas que nem por isso deixava de ter um pensamento econômico, e buscando interpretar os sentidos desses escritos em relação ao contexto histórico de sua produção, Franco escreve um trabalho que, como mencionado, se insere na História Intelectual, uma das abordagens da história do pensamento econômico.

## 2.2 As crônicas

As 39 crônicas selecionadas por Franco abordam distintos temas econômicos. Quatro temas, no entanto, são dominantes entre as crônicas selecionadas pelo autor. O primeiro deles chamaremos de “acionista indolente”, que corresponde a sete crônicas. O segundo tema pode ser chamado de “lucro fácil ou Encilhamento”, correspondendo a onze crônicas. O terceiro chamaremos de “câmbio e moeda”, correspondendo a quinze crônicas. E, por fim, o quarto tema é transversal, pois está diluído

nos demais, e o chamaremos de “modernização ou o moinho satânico”, presente em oito crônicas. O número aqui não corresponde exatamente à quantidade de crônicas, pois as crônicas podem tratar sobre mais de um tema. Há outros temas de menor importância, relativos a uma ou duas crônicas, razão pela qual não os consideramos neste artigo.

O tema “acionista indolente” é bem sintetizado pela crônica 2. Nela, o cronista afirma possuir um carneiro que lhe confessou ser um acionista. Em razão disso, ele julgava que todos os acionistas fossem carneiros. De natureza dócil e obediente, o cronista esperava que os carneiros, ou melhor, os acionistas, atendessem aos chamados dos bancos onde tem suas ações, seja para opinar nos estatutos, seja para auxiliar no direcionamento dos capitais. Mas que surpresa, ao descobrir que os acionistas não atendiam às convocatórias dessas companhias, obrigando as assembleias a se reunirem terceira chamada com quantidade reduzida de presentes! Isso porque os acionistas estariam mais preocupados com os dividendos do que com os divisores. Essa imagem do carneiro e a expressão alusiva aos dividendos e divisores, com maior interesse pelos primeiros, será recorrente nas crônicas desse grupo temático.

Na crônica 3, mais um exemplo, o cronista sugere que o acionista, na verdade, se parece com o equinócio, evento astronômico que ocorre duas vezes ao ano. Com a mesma regularidade, os acionistas compareceriam para recolher os seus dividendos, fenômeno astronômico conhecido como equinócio dos dividendos. À exceção desse evento, os astros correriam longe.

Variações dessa crítica aparecem inúmeras vezes. Ora, o cronista aborda uma reunião da Companhia de Carris Urbanos para tratar da recomposição de seu capital, mas que tem como principal decisão a divisão dos dividendos trimestralmente e não mais semestralmente (crônica 4); ora, um acionista do Banco do Brasil lamenta não poder viver como um cidadão comum, descansando depois do seu almoço sem que diretores e gerentes de fundos exijam sua presença, já que pouco importa o divisor, se lhe chegam os dividendos (crônica 7); ora, ainda trata de uma reunião do Banco Iniciador de Melhoramentos que, como melhoria, propõe uma alteração na forma de fazer a ata, levando a assembleia a definir pelo modo de votação aquele que ocupe menos tempo, já que os participantes da reunião pareciam aflitos para ir embora (crônica 14).

Acerca dessas crônicas, Franco chama atenção para o que ele considera ser uma característica rentista dos acionistas do Império. O que eles buscavam eram investimentos conservadores, agindo como parasitários dos títulos do Tesouro, por exemplo. Queriam apenas os juros e dividendos, no melhor estilo patrimonialista. Na leitura de Franco, isso ocorria porque o Estado se imiscuía nas empresas, impondo autorizações, concessões, garantias, sendo essas empresas extensões do próprio Estado, raiz do rentismo (Franco, 2008). Por isso os acionistas se sentiram, em última instância, sócios do Estado. Desinteressados das reuniões da direção, da organização e dos próprios investimentos dos Fundos ou Bancos, o que os investidores queriam era rendimento certo e regular.

Essa postura parasitária, Franco sugere, encontra-se mesmo em Machado de Assis e em sua carreira pública, apenas para garantir-lhe o tempo e o dinheiro necessários para fazer o que gosta: a literatura (Franco, 2008). Assim, o organizador se aproveita da ironia ácida de Machado para criticar o parasitismo dos acionistas do Império e incluir o próprio Machado nessas críticas.

É curioso notar, no entanto, que o tema do acionista indolente aparece mesmo nas crônicas publicadas após a Proclamação da República (crônicas 14 e 39), de modo que se havia rentismo, ele não era exclusivo do período imperial. Talvez justamente isso sirva como elemento para engrossar a argumentação da natureza do Estado patrimonialista, da qual Franco parece tributário. Desde a colonização portuguesa, uma confusão entre o público e o privado daria a tônica da organização política e social no Brasil, de modo que o Estado foi sempre entendido como um provedor, imiscuindo-se em todos os âmbitos da sociedade e fundindo-se nela. Dessa linha de raciocínio só pode advir o que já conhecemos dela: um Estado dessa natureza engendra a corrupção e dificulta o florescimento de um liberalismo genuíno, em que os investidores assumem riscos por conta própria e agem sem esperar proteção ou tutela do Estado, cujo modelo é sempre a sombra anglo-saxã. O conceito de patrimonialismo é central na interpretação que Franco faz dos sentidos das crônicas de Machado, revelando o viés ideológico inevitável na visão do autor acerca da história do pensamento econômico.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Sobre a inevitabilidade da leitura ideológica da história do pensamento econômico, ver De Paula (2017).



Quanto ao segundo tema, o “lucro fácil ou Encilhamento”, a crônica mais representativa é a 11ª. O cronista, inspirado nas *Almas mortas*, de Gogol, teve uma ideia brilhante para ganhar dinheiro: com o advento da abolição, iria se dirigir aos antigos proprietários de escravos e comprar os registros de todos os libertos com data retroativa, de modo que fizesse parecer que foi ele o lesado pela Abolição. O dinheiro para essa compra seria proveniente de um empréstimo qualquer. Possivelmente, imaginava o cronista, o Estado pagaria uma indenização aos antigos proprietários e, tendo comprado os títulos com data retroativa, seria ele o indenizado. Os títulos seriam comprados por valor irrisório, já que os ex-proprietários não tinham mais nada a perder e os venderiam de bom grado. Se o negócio desse certo, pagava o empréstimo e abocanhava grande quantia. Se desse errado, não perdia nada, pois o dinheiro investido foi emprestado.

A crônica é muito expressiva em seu cinismo calculista, pois já aponta para os desvarios do Encilhamento, cuja sanha em ganhar dinheiro transformaria em possibilidade de crédito qualquer falcatura com promessa rentável, ao passo que também apontava para o desejo de ganhar dinheiro fácil, simplesmente fazendo uma transação documental. O lucro fácil e o Encilhamento irão aparecer inúmeras outras vezes. Em um dos casos, é um banco novo que se abre, atraindo um afluxo assombroso de gente, tamanhas as promessas de sucesso sem esforço; em outro, é um amigo do cronista que ganha a vida alugando o paramento de uma irmandade religiosa para recolher esmolas na rua (crônica 6). O amigo investe pouco na roupa e tem bom retorno, enquanto os caridosos esperam do investimento na forma de esmola uma recompensa com percentual satisfatório no reino dos céus.

Em outro caso, há um analfabeto que começou a ouvir falar em debêntures e suas vantagens e decidiu comprar alguns (crônica 15). Aconselhado pelo cronista, não vendeu seus títulos esperando que aumentassem de valor, para ser surpreendido com uma queda vertiginosa de sua cotação. Mas o problema parecia ser passageiro, pois logo o mesmo analfabeto ouviu falar em outro termo aparentemente estrangeiro, *habeas corpus*, e pensou em comprar alguns para sentir se o negócio era lucrativo. O analfabeto, muito trabalhador e bem-intencionado, mas que não sabia a mínima de debêntures e, muito menos, do significado de *habeas corpus*, poderia muito bem ser um dos alvos da igreja do Diabo, seguidor promissor do seu sermão (crônica 17).

A propósito do Diabo, na crônica 23, após o festim do Encilhamento, Deus parece ter abandonado a sua obra por desgosto e oferecido, a preço de custo, a mercadoria ao Diabo. Este pretende reorganizar o mundo em uma sociedade anônima, dividi-la em ações para vendê-la e ofertá-la como negócio excelente e a bom ágio, mesmo sabendo que é execrável e rejeitada até pelo seu criador. Feito o dinheiro, deve fugir para lugar distante, deixando a terra sem Deus e sem Diabo. E não é de agora que o Diabo tem propensões a investidor, pois foi exatamente ele, na figura da serpente, que vendeu a primeira ação do mundo a Eva, que a revendeu a Adão, tendo ambos falido e perdido o paraíso (crônica 20).

O cronista, inclusive, lamenta não ter tido a esperteza do Diabo. Embora o mercado tenha existido desde os tempos antediluvianos e já no paraíso a serpente tenha se insinuado sobre Eva com ações, Machado não aprendeu muito com isso e viveu o dilúvio, como ele se referia ao Encilhamento, sem se aproveitar. Afinal, as finanças parecem ser um interminável desfile de coisas incompreensíveis e, no momento do Encilhamento, quando a inflação estava descontrolada e qualquer um com uma ideia esdrúxula podia incorporar uma empresa e arrancar dinheiro de investimento da algibeira de um terceiro, ele, infelizmente, não se lançou em tais empreendimentos (crônica 31). Escutou o sermão do Diabo muito tarde!

Ainda quanto ao Encilhamento, uma das crônicas mais relevantes é a 22. Nela, o cronista trata de uma companhia de trens que recebeu uma concessão para construir uma estrada de ferro e, para isso, contou com o benefício dos decretos do dia da criação, conforme Machado chamava a data de início da Reforma Bancária empreendida por Ruy Barbosa, em 1890, que regulou a criação de sociedades anônimas e deu ímpeto ao surto especulativo e investidor que tomou conta da Corte. Os acionistas da companhia vencedora da concessão poderiam colher dividendos antes da realização das obras, conforme autorizava a concessão. Machado critica a postura da empresa e é, por isso, comparado por Franco ao visconde de Taunay, que escreveu um *roman à clef* sobre o Encilhamento com o propósito de criticar não só essas práticas econômicas desconhecidas e que traziam instabilidade, mas para criticar a própria República. Franco lê a ironia de Machado como conservadorismo e monarquismo, elementos recalcitrantes que refutavam o inevitável avanço econômico. Essa visão

de Franco é explícita ao se perguntar em seus comentários, de maneira retórica, se seria mais legítima ou moralmente aceitável a renda oriunda da escravidão do período da monarquia se comparada às inovações de investimento do período da República (Franco, 2008).

A ironia de Machado quanto aos acionistas indolentes provocou risos em Franco, que dela se aproveitou para engrandecer sua crítica aos rentistas do Império. Quanto ao Encilhamento, a ironia de Machado não gerou a mesma reação. Neste último caso, o autor se esqueceu das inúmeras críticas e escritos ácidos e provocadores que Machado fez sobre a escravidão, para dizer que, na verdade, Machado ataca a República por meio do Encilhamento enquanto adocicava seus comentários acerca da escravidão e da Monarquia.

O terceiro tema é o “câmbio e a moeda”. Uma das crônicas mais expressivas é aquela em que o cronista trata de discussões inócuas em torno da diferença entre encampação e fusão ou da diferença entre papel-moeda e moeda-papel<sup>4</sup> (crônica 26). Como o cronista não é muito versado no tema, decide por aprender finanças. Descobriu que para isso existiam dois métodos. Um que era realizado em apenas duas horas, consistindo em aprender o vocabulário e ignorar os princípios da lei do câmbio. O segundo, mais demorado, requeria a escrita de um opúsculo que, publicado, seria submetido à crítica, entrando na infindável discussão se a encampação era diferente da fusão ou se o papel-moeda era o mesmo que moeda-papel. Dentre elas, o primeiro método parecia melhor, pois assim se habilitaria rapidamente para acompanhar as discussões cada vez mais presentes nos jornais, ainda que os princípios das leis de câmbio, se é que existem, fujam do domínio do leitor.

As coisas relativas ao mercado e às finanças aparecem recorrentemente como um mistério, aquele mesmo mistério que levou à associação entre o mercado e o Diabo. Um desses mistérios é o câmbio, pois ninguém sabe por que sobe e por que baixa (crônica 29). O descontrole do câmbio é motivo de piedade dos pombos da Igreja da Cruz dos Militares – localizada próximo ao prédio da bolsa –, olhando os homens lá embaixo

---

<sup>4</sup> Várias crônicas dentro desse grupo temático tratam da encampação, que nada mais é do que a aquisição, por parte do Tesouro, das moedas emitidas por outros bancos privados mas que se encontravam em situação financeira difícil ou insolvente. Fusão, por sua vez, aludia à união de dois bancos em um, por vezes a incorporação de um banco privado por um público.

(crônica 36). Mesmo quando há uma tentativa de fixar os preços para devolver à sociedade uma sensação de estabilidade, o açougueiro ameaça pesar um quilo mal pesado (crônica 25). Desrespeita-se o câmbio e suas leis, que o vendedor desrespeitará até as medidas e padrões de pesagem. O câmbio é coisa tão terrível que parece pior que os abissínios, chefiados por Menelick, que conseguiram expulsar o Império italiano em sua investida sobre a Etiópia (crônica 33). Cá no Brasil não temos Menelick, mas haja força para vencer o câmbio!

Ainda na crônica sobre Menelick, o cronista ironiza que o câmbio irá chegar a tal valor que, logo, quem possuir dez tostões estará, na verdade, devendo alguns pences. Como consolo, ao menos ficará extinto o roubo na sociedade. Para resolver o problema do câmbio, para cuja queda não se encontrou ainda um remédio, um economista sugere ao ministro da Fazenda que venda a Central do Brasil ou a Leopoldina e suas estradas. Quem aparece como comprador, no entanto, é o estado do Rio de Janeiro. O cronista fica na dúvida se a solução parece razoável e, invocando a Deus, recebe em sonhos um anjo em forma de economista, e este lhe diz que a compra da Leopoldina pelo estado do Rio de Janeiro é provisória. Na verdade, a Leopoldina está em risco com os credores, devendo um bocado. O estado compraria a companhia para garantir os credores, mas sendo péssimo administrador de estradas, vendê-las-ia posteriormente a particular.

A ironia acerca da privatização, termo que não era utilizado à época, não aparece apenas aí. Em outra crônica, Machado se pergunta quem é que veio primeiro, se os boatos ou se o câmbio (crônica 30). Ou seja, são os boatos que elevam o câmbio ou é o câmbio que gera boatos? Seja como for, o câmbio não para de cair e para elevá-lo é preciso de mais dinheiro. Como o papel-moeda não parece ter grande valor, a solução poderia ser o ouro. Não chovendo ouro dos céus e tendo reduzido sua produção no Brasil, uma possível solução foi a venda da Central do Brasil e de outras estradas de ferro. O cronista, então, afirma que, embora saiba que a economia política não seja a mesma que a particular, as estradas seriam como que membros do corpo e a Central do Brasil a cabeça, e que vender os próprios membros e a própria cabeça para salvar-se da ruína econômica não parecia ser solução razoável.

A ironia de Machado quanto ao câmbio e às privatizações também não parecem convencer Franco. Por um lado, o autor afirma que o câm-

bio é visto, em geral, como um mal em si pelas crônicas, mas que isso se deve ao fato de que Machado e seus contemporâneos estavam habituados a uma estabilidade do custo de vida que se viu perturbada durante a virada do século (Franco, 2008). Por outro, a crítica feita às propostas de privatização não levaria em conta a insolvência da Central e da Leopoldina, e que a sua manutenção, na visão de Franco, somente agravaria o déficit e a dívida pública. Machado se escandalizava com a possibilidade desses negócios, mas não parecia questionar o risco de moratória da dívida pública, que inclusive viria a comer algumas de suas ações no futuro.

Machado, no entanto, talvez estivesse certo ao ponderar, na crônica crítica à privatização, que a economia política não é a mesma que a doméstica e privada. Se isso é verdade, a metáfora dos membros perde o sentido ao mesmo tempo que a dívida pública não deveria atemorizar tanto quanto a privada, pois sua natureza e a função do endividamento são distintas e respeitam prazos diferentes. O próprio Machado provoca que, para solucionar problemas cambiais, não imaginaria Londres vendendo suas pontes ou as pirâmides do Egito.

Por fim, o último tema perpassa os três anteriores, o qual chamamos de “modernização ou o moinho satânico”. À medida que avança o moinho satânico, transformando todas as relações sociais e econômicas, Machado percebe que o tema das finanças, do orçamento e da economia, enfadonhos e fastidiosos, tomam cada vez mais a preocupação e o vocabulário das pessoas, o que lhe causa uma certa consternação, não só pela chatice dos assuntos financeiros – embora urgentes –, mas porque ofuscavam os temas que, para ele, pareciam ser mais interessantes.

Em uma das crônicas, após apontar o fastio da balança de comércio, do excesso de emissões e de uma infindável variedade de temas financeiros, o cronista nos lembra da morte dos poetas Renan e Tennyson (crônica 19). O primeiro foi autor de “uma obra vasta e luminosa, universalmente aclamado como sábio e como artista”; enquanto o segundo era uma “instituição... uma glória britânica” (Assis, 1892, *apud* Franco, 2008 p. 137). Além desta morte, Machado faz menção a uma outra: o suicídio da bailarina Labushka, ex-amante do czar russo (crônica 29). Para ela, o cronista suplica: “Que eu não tenha, ó alma eslava, ó Cleópatra sem Egito, que eu não tenha a lira de Byron para cantar aqui na tua melancólica aventura!” (Assis, 1894, *apud* Franco, 2008, p. 197). Essa mulher teria encerrado

em si mistérios mais interessantes e dignos de atenção que as razões da flutuação cambial. Ainda a propósito de mortes de grandes artistas, em meio a decisão da Assembleia do Maranhão pela emissão de 300 contos de títulos em papel-moeda, que chegou a deixar taciturno durante um ano um homem curioso que se embrenhou na tentativa de descobrir a diferença entre papel-moeda e moeda-papel, perdendo o riso e a alegria de viver, o cronista nos lembra do aniversário de morte de Gonçalves Dias (crônica 28).

O cronista também nos alertou que a poesia misturada com temas financeiros pode ser muito prejudicial (crônica 27). Em uma determinada noite, já deitado na cama, decidiu ler as cotações da praça, publicadas no jornal daquela manhã. Ao finalizar a leitura, ainda sem sono, tomou de um livro de Shakespeare e adormeceu. Essa sucessão de leituras provocou uma série de pesadelos tormentosos. Em seu pesadelo, ele era Hamlet e entrava no cemitério onde via os coveiros desenterrar defuntos, arrancando caveiras que voavam pelos ares, ao passo que, desinteressados das coisas sagradas, vendiam, ao mesmo tempo, ações e debêntures. Seria melhor não misturar poesia e economia.

Além dos famosos mortos, a quem Machado presta homenagem, homens comuns também mereceram sua atenção. Na última crônica do livro (crônica 39), embora o cronista comentasse um terrível terremoto na Venezuela e o fechamento de um banco, o que mais lhe consternou foi a morte do sineiro da glória, João, homem que por 45 anos dobrou os sinos da mesma igreja, anunciando nascimentos, mortes, casamentos, acontecimentos políticos etc. Fora escravo da Igreja durante o Império e manteve seu ofício após a abolição e a Proclamação da República. Ainda acerca desses desconhecidos, o cronista afirma, em certa ocasião, ter passado em frente ao prédio da bolsa, onde viu uma série de homens reunidos para “apostar”, de modo que nem era possível passar pela rua, tamanha a confusão (crônica 22). Embarreirado, acabou por entabular conversa com outro homem, que também tentava sondar o que se passava. Os dois desconhecidos trocam gentilezas e conhecimentos a fim de descobrir do que se tratava. O cronista conclui que ao menos uma coisa boa provocou o Encilhamento e as mudanças da República: era possível conversar com desconhecidos de maneira despreziosa na rua interdita pelos acionistas.

A crítica de Machado era direcionada com frequência a esses supostos

melhoramentos econômicos e sociais. O Banco Iniciador de Melhoramentos, inclusive, estava por trás da demolição do Cabeça de Porco, cortiço próximo à Central, de onde foram despejadas inúmeras famílias em nome da expansão do progresso, para alimentar o moinho satânico (crônica 24). O melhoramento virá para os acionistas, que sem dúvida irão lucrar com o que se fará no lugar do Cabeça de Porco, reconfigurando toda a feição da cidade, desconstruindo os laços e as experiências anteriores. Machado lembra, inclusive, a procissão de São Sebastião que via em sua infância, lamentando a que se apresenta aos olhos de então, quando tudo parecia mudado pelo progresso. Esse mesmo progresso que passou por cima do Cabeça de Porco, também trouxe o bonde elétrico, que atropelou um casal de idosos, levando-os à morte (crônica 20). Mas, comenta cinicamente o cronista, não é o caso de se acabar com a eletricidade porque um par de velhos morreu, assim como não se dá fim aos navios por conta dos naufrágios.

Em todos esses casos, Machado parece apontar para o que realmente lhe importava: a arte, as letras – não as de câmbio, mas as literárias –, os contatos sociais e humanos e a uma forma de sociabilidade que remetiam a um mundo que parecia ruir. Franco, no entanto, percebe em Machado um tom conservador e atávico, algo renitente e resistente às mudanças inevitáveis que a economia de mercado imporia à sociedade. Para Franco, enquanto as transformações rápidas do mundo levam para a ordem do dia cada vez mais temas econômicos, ainda que estes sejam de difícil apreensão para a maior parte da população, Machado, ao envelhecer, vai se apegando mais ao efêmero e vai se tornando saudosos de um tempo que não volta mais. Na crônica dos bondes elétricos, por exemplo, o próprio Machado teria ironizado, na visão de Franco, a morte do casal de velhos, que teria sido um preço baixo a ser pago por um progresso técnico indispensável para a construção de uma cidade moderna. No entanto, na mesma crônica, Machado critica John Law, o criador da moeda fiduciária, sem perceber que essa inovação também trouxe progressos técnicos que, embora tivessem gerado alguns sacrifícios – na época a estabilidade do custo de vida era associada por muitos ao papel-moeda sem lastro no ouro –, representariam avanços indiscutíveis, que Franco podia perceber por olhar em retrospecto, mas que Machado não teve a sagacidade de sentir, apenas lamentando as perdas que via em sua frente.

No caso da demolição do Cabeça de Porco, Franco faz questão de frisar que a opinião pública e publicada era favorável à demolição do cortiço, mas que Machado insistia em lamentar o progresso. O mesmo medo aparece com a confusão de moedas emitidas por diferentes bancos ou na crise cambial de 1891, que levou à adoção do câmbio flutuante, uma série de inovações que provocavam assombro. Franco, com a serenidade de quem já sabe o que aconteceu, lê essas críticas aos modernismos como mero atavismo. Talvez sem perceber, Franco continua alimentando o moinho satânico, considerando que resistências dessa natureza são meros estertores de um corpo morto diante do capitalismo triunfante.

### **3. O olhar oblíquo do economista: a desqualificação de Machado de Assis**

É certo que Franco reconhece a qualidade da obra de Machado de Assis a ponto de selecionar para o seu trabalho o gênero de menor prestígio, a crônica. Também é certo que Franco explicita a grandiosidade de Machado e referencia muitos dos críticos literários que o consagraram como um dos maiores literatos do mundo. O que parece incomodar Franco, no entanto, é justamente uma interpretação dada aos textos de Machado por críticos de orientação política de esquerda. Afinal, no seu entendimento, “Machado não era um José do Patrocínio, tampouco um frio e ferino denunciador da ordem burguesa, ou pré-burguesa, quem sabe feudal, como seus admiradores de esquerda procuram desenhá-lo” (Franco, 2008, p. 79). Mas como Machado não era, tampouco, um crítico de José do Patrocínio ou um entusiasta da ordem burguesa ou pré-burguesa, Franco se viu obrigado a justificar por que lhe incomoda as leituras de esquerda acerca da obra de Machado. Por isso, ainda que sem explicitar, é ele o economista que lança um olhar desconfiado, indireto e oblíquo sobre o bruxo do Cosme Velho.

Como já vimos na seção anterior, Franco desqualifica Machado e suas críticas irônicas feitas aos quatro principais temas nos quais as crônicas podem ser agrupadas. Em primeiro lugar, quanto ao acionista indolente, a ironia de Machado seria, na verdade, hipocrisia, pois ele próprio era acionista e agia com o mesmo interesse rentista sobre as suas ações. Não faltou ocasião para Franco alfinetar Machado como um servidor



público parasita que preferia dedicar sua vida à literatura, mas que usava do Estado como um cabide de emprego, já que era um “titular de sinecura; ele não queria mais que a riqueza necessária para dar-lhe o tempo e o conforto para dedicar-se às letras” (Franco, 2008, p. 21).

Em segundo, quanto ao lucro fácil ou ao Encilhamento, Machado seria ácido demais com relação às inovações financeiras da República dado o seu monarquismo enrustido, ao mesmo tempo que sua ironia era desmedida, pois não possuía a mesma intensidade quando o tema era a escravidão no Império, tema que tratava com ambiguidade. Quanto ao monarquismo de Machado, Franco dedica um dos verbetes do glossário que acompanha a crônica 10. Enquanto na Introdução da obra, a pretexto de criticar a obra de Taunay sobre o Encilhamento e pontuar as proximidades deste pensamento com o de Machado, apesar de neste último aparecer com nuances mais leves, o autor escreve:

A historiografia econômica abandonou faz tempo esta hipótese, principalmente através de estudos sobre os reais avanços do processo de industrialização do país. Todavia, o equívoco permanece, pois se ajusta à perfeição ao desejo monarquista de diminuir os feitos da jovem República; é a visão perdedora do processo de destruição criadora. (Franco, 2008, p. 21-22)

O terceiro e o quarto temas podem ser tratados conjuntamente, guardando eles, inclusive, inúmeras convergências com o que já se apontou até aqui. No caso do câmbio e da moeda, bem como nas críticas à modernização agressiva, a desqualificação de Machado por parte de Franco vem na forma da atribuição ao cronista de uma aura de velho solitário e saudoso a lamentar as coisas da infância que ficaram para trás, bem como um mundo atropelado pelo progresso, como os velhos pelo bonde elétrico, ou o Cabeça de Porco pelas reformas urbanas. As opiniões de Machado sobre a flutuação cambial, a desvalorização da moeda, o receio das privatizações etc., aparecem sempre como atavismo, como incompreensão das mudanças benéficas que viriam provar seu erro.

Mas um último ponto de desqualificação merece ainda atenção. Franco sugere que Machado de Assis é volúvel e ambíguo quanto à escravidão, apesar de vários autores terem destacado a sensibilidade de Machado

para as questões raciais, inclusive ressaltando o fato de que ele próprio era negro. Fiquemos em apenas três exemplos. Veja-se a obra de Chalhoub (1990) na qual o autor analisa a crônica sobre Pancrácio, uma das escolhidas também por Franco, mas com interpretação completamente diversa. A propósito, Chalhoub também comenta a interpretação de John Gledson, igualmente distinta da de Franco. Enquanto Gledson teria visto na crônica uma alusão à continuidade da exploração laboral mesmo após a abolição, Chalhoub lembra que Machado se divertia ao escrever de maneira ambígua para não ser compreendido e zombava do próprio leitor de maneiras sutis. Além disso, ressalta a comicidade absurda da cena em que Pancrácio se joga ao chão grato ao senhor por mantê-lo empregado mesmo após a Abolição, ainda que o conserve dando-lhe algumas pancadas, pois estas correspondiam a um impulso natural, tão natural quanto à liberdade do homem. Segundo Chalhoub (1990, p. 89),

Machado exagera nas demonstrações de submissão do bom Pancrácio não só para conseguir um maior efeito cômico e debochar dos abolicionistas de fato consumado – aqueles que, ao apagar das luzes, insistiam em anunciar alforrias festivamente pelos jornais –, mas também porque ele identifica na falência de uma política específica de domínio um dos pontos cruciais do processo histórico de abolição da escravidão.

O segundo exemplo vem do crítico literário José Antonio Pasta Júnior (2011), que considera a volubilidade não um atributo esguio da escrita machadiana, mas uma constante estrutural no romance brasileiro. No caso de Machado, essa volubilidade se manifestava sobretudo no contexto de formação ambíguo do Brasil, em que o país se via obrigado a conciliar as inovações liberais e os progressos capitalistas, desejando fazer parte do concerto das nações civilizadas ao passo que se mantinha como o principal traficante de escravos e como o Império com a maior quantidade de escravos africanos no mundo. O tema, volúvel na política – haja vista que nem a Constituição de 1824 menciona o termo escravidão –, manifesta-se irônica e sutilmente na obra de Machado.

Enquanto José de Alencar buscou a formação de um Brasil com base em mitos fundacionais, misturando heróis brancos com “selvagens nobres”, Machado fez da escravidão uma pauta constante e o elemento-chave para

entender a formação do Brasil, enquanto se utiliza de uma linguagem tão ambígua que até o medíocre escravocrata era capaz de se comprazer e se identificar com uma figura como Brás Cubas. Machado ironizava a escravidão e os escravocratas na medida em que estes, ao invés de se chocarem e se escandalizarem, identificavam-se com os seus personagens (Pasta Júnior, 2011).

A interpretação de Pasta Júnior é tributária das ideias de Roberto Schwarz. Schwarz atenta ao fato de que o impasse ideológico das elites brasileiras do oitocentos era ajustar o apreço pela civilização, pelo progresso, a ciência e a cultura ao mesmo tempo que se conservava a escravidão e o clientelismo (Schwarz, 2000). A volubilidade de vários personagens de Machado revela essa ambiguidade da própria organização política, social e econômica do Império.

Apesar dessas interpretações, Franco vai na contramão e parece ver nas ironias de Machado acerca da escravidão e das relações por ela engendradas não uma maneira inteligente e jocosa de caçoar do leitor e criticar essas próprias relações, mas uma posição açucarada e mal definida, como quem esperasse uma oposição à escravidão aberta e radical, violenta e direta. Não o sendo, Franco lança dúvidas sobre a posição de Machado. Das três crônicas presentes no livro que tratam diretamente da escravidão ou da Abolição, duas delas parecem ter sido selecionadas menos pelo seu interesse aos temas econômicos, mas justamente para lançar essas dúvidas (crônicas 8 e 9). É evidente que a escravidão sempre se relaciona a temas econômicos, na medida em que se trata de mão de obra e da produção de bens e serviços, mas para Franco, em seus comentários sobre elas, o interesse das crônicas estava no fato de representarem uma relutância brasileira em admitir as transformações e a modernização necessárias no mundo do trabalho, qual seja, a transição do trabalho escravo para o livre. Para Franco, Machado não se posicionava abertamente, pois essa era a postura geral da elite brasileira, o que acabava, no seu entendimento, funcionando como uma espécie de concessão moral à escravidão.

Como pretendemos demonstrar, Franco buscou realçar na crônica de Machado de Assis e em sua própria personalidade a sua inclinação ao monarquismo, a sua dubiedade quanto à escravidão e o seu conservadorismo ante as modernizações e os progressos engendrados pelo moinho satânico. Desqualificando-o desse modo, questionava as interpretações da

esquerda sobre a obra de Machado e abria espaço para a defesa de uma posição econômica ortodoxa na leitura da história econômica e do pensamento econômico.

#### 4. O olhar oblíquo do economista: os comentários ortodoxos

Antecedendo cada uma das crônicas, Franco tece alguns comentários sobre o contexto histórico em que a crônica foi produzida e apresenta informações preciosas para auxiliar na sua interpretação. Ao mesmo tempo, sempre que possível, Franco também aproveita as crônicas e as posições de Machado para sustentar e imprimir a sua própria visão economicamente ortodoxa, não só acerca da contemporaneidade, mas na interpretação da própria história e das crônicas.

Franco parte de premissas fixas fazendo comentários que aparentam ser naturais e sem vínculo com uma dada perspectiva econômica, mas oriundos de uma perspectiva pretensamente correta e unívoca. Dentro dessa perspectiva, não existe a possibilidade de Machado ou de os personagens das crônicas terem uma visão distinta da Economia ou das finanças, mas apenas uma perspectiva, no mínimo, equivocada, dado viverem o calor da hora, sem poderem prever o que o futuro demonstraria.

Por essa razão, o que nos parece oblíqua é a maneira como a perspectiva ortodoxa de Franco se infiltra em seus comentários de maneira despreziosa, ora para desqualificar Machado, ora para apresentar como dado certo o seu próprio entendimento. Daremos, a seguir, alguns exemplos que sustentam essa argumentação, alguns dos quais já apareceram em momentos anteriores, mas aqui perfilados de modo a chamar atenção para essa dimensão da obra.

Os acionistas do Império, para Franco, desejam viver de renda certa e garantida, sem que tenham que trabalhar para conquistar seus ganhos. Isso porque o tipo de capitalismo que se desenvolveu no Brasil, e aqui Franco se apoia em Raymundo Faoro, é um “capitalismo político” e não o da livre iniciativa privada.<sup>5</sup> No capitalismo brasileiro, o Estado teria se infiltrado nas empresas, tornando-as cronicamente dependentes, razão

<sup>5</sup> A expressão “capitalismo político” vem de um dos itens do capítulo III do livro de Faoro sobre Machado de Assis (Faoro, 2001).

pela qual os acionistas se interessam mais pela renda do que pela administração ou resultado da produção do dinheiro investido (crônica 2). O problema do rentismo do Brasil, portanto, viria da presença do Estado e do pretensível caráter patrimonialista da sociedade brasileira, incapaz de distinguir o público do privado, germe da corrupção.<sup>6</sup>

A mesma perspectiva de um envolvimento indevido do Estado nas finanças e na Economia se encontra na crônica 3, em que Franco comenta, abismado, que os estatutos do Banco do Brasil tinham que ser aprovados pelo Parlamento.<sup>7</sup> E, mais uma vez, a imbricação indevida entre economia e política apareceria no momento da troca do presidente do Banco do Brasil, em 1889, uma vez que foi o governo, como “dono da casa”, que definiu o novo ocupante, ao invés de o processo ser feito pela “democracia do talento” – um perfil técnico, absoluta e ingenuamente isento de interesses políticos? – ou da transparente e pura escolha dos pequenos acionistas (crônica 12).

O capitalismo contemporâneo triunfante parece, para Franco, inevitável em sua visão teleológica. Para ele, o processo de abolição da escravidão no Brasil dá lições valiosas sobre as reformas econômicas que devem ser realizadas na atualidade – estaria ele falando de austeridade fiscal e redução do Estado? –, pois ambas seriam modernizações que enfrentam resistência recalcitrante. Isso porque a modernização é inevitável, nas palavras do próprio autor, apesar da capacidade do Brasil de “procrastinar processos reformadores doloridos e inevitáveis” (crônica 8).

Ainda em sua defesa unilateral do capitalismo e do mercado, Franco desculpa a opinião da época pelos supostos erros de análise cometidos, pois não teriam como saber do triunfo vindouro. Assim, a crítica ao câmbio flutuante ou à moeda fiduciária é vista com piedade, pois a inflação era apenas um efeito imediato e passageiro, renunciando um futuro bem mais promissor e próspero (crônica 29). Mais além, as fusões de bancos privados, resgatados pelo governo, parecem ser um mal menor que, na verdade, poupariam o destino trágico que muitas pessoas enfrentariam

<sup>6</sup> Para uma análise do pensamento liberal-conservador brasileiro na História e uma crítica do conceito de patrimonialismo na obra de Faoro, ver o capítulo 4 de Jessé Souza (2015).

<sup>7</sup> Acerca da perspectiva de Franco, que foi presidente do Banco Central, sobre a necessidade de a política não se envolver nas questões monetárias e financeiras, há em seu site uma página inteira com seus escritos sobre a independência do Banco Central. Ver: <<http://www.gustavofranco.com.br/temas/69>>. Acesso em: 6 maio 2024.

caso os bancos fossem largados à falência (crônica 24). Curiosamente, o Estado interventor perde seu caráter maléfico e a crítica ao patrimonialismo desaparece, quando o assunto é socializar os prejuízos para salvar os bancos de suas investidas econômicas agressivas e ousadas. O autor chega a afirmar que o propósito de várias fusões bancárias do período pós-Encilhamento foi o de seguir a premissa *too big to fail*, expressão muito recorrente durante a crise de 2008 para se referir aos bancos norte-americanos que acreditavam não poder falir pela sua magnitude. Não por acaso, na crise de 2008, o Estado também foi chamado a socorrer os bancos.

Ainda em sua ortodoxia econômica, Franco aproveita para defender a lei de Gresham, segundo a qual o indivíduo sempre passará adiante a moeda de pior qualidade, para se referir ao contexto brasileiro da virada do XIX para o XX, quando havia várias instituições emissoras, havendo uma confusão entre elas (crônica 25). O açougueiro da crônica, que ameaça o cliente em pesar mal o quilo de carne, é usado por Franco como uma evidência de que as tentativas do Estado em controlar o preço são inúteis, pois resultam, imediatamente, em adulteração de pesos e medidas ou em contravenção.

Franco também defende a privatização de empresas e companhias públicas, independentemente da sua importância estratégica para o Estado e para a sociedade. Assim, em distintos momentos, a moratória, o déficit público e a dívida aparecem muito mais assustadores do que privatizar toda a malha ferroviária do país (crônica 30 e 33). O envolvimento do Estado nas finanças, em companhias estratégicas como as de infraestrutura ferroviária ou mesmo no planejamento do desenvolvimento industrial, configuram mero protecionismo sem eficácia. Neste último caso, a substituição das importações, na visão de Franco, só tem dois efeitos: ou o consumidor paga mais caro pelo produto importado ou ele é obrigado a consumir um produto nacional de pior qualidade (crônica 32). Na crônica, em que se tratava da indústria farmacêutica – tema pertinente até hoje, sobretudo se considerarmos as disputas em torno da quebra de patentes que possibilitou a produção de medicamentos genéricos a preços acessíveis e de igual qualidade – Franco afirma que as fórmulas, isto é, as patentes, pertencem aos seus inventores e que as rendas delas oriundas cabem, evidentemente, a quem inventou. Uma questão de mérito.

Para não irmos à exaustão, fiquemos com um último exemplo. Para

Franco, no melhor estilo ortodoxo, a contração de dívidas para realização de obras públicas, por exemplo, ligadas ao saneamento, acarretará, necessariamente, aumento de impostos. E o aumento do déficit público, inevitavelmente, levará à inflação, o que alude ao tripé macroeconômico. Se o Estado não é austero, se não controla sua dívida e se realiza gastos desmedidos, isso se converterá em impostos elevados ou em inflação. Por isso, Franco provoca Machado, em uma crônica sobre obras de saneamento planejadas pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Furquim Werneck, afirmando que o cronista se deixava tributar tranquilamente, mas se irritava com a inflação (crônica 38).

Como se vê, são muitos os exemplos em que o autor despeja seus argumentos ortodoxos em termos econômicos: o Estado inflado; a meritocracia; o capitalismo como modernização inexorável; austeridade fiscal; tripé macroeconômico; defesa incondicional da privatização; crítica do controle de preços e da substituição de importações; defesa dos bancos privados e do próprio Encilhamento. Todos esses elementos encontram-se nos comentários de Franco às crônicas de Machado ou à sua própria pessoa. Por trás do olhar oblíquo se insinuam concepções perpendiculares. Como na metáfora de Faoro, tirada das próprias palavras de Machado, tanto a pirâmide e o trapézio quanto a linha reta ou curva continuam engendrando debates em torno do bruxo do Cosme Velho. Mera questão geométrica.

## Referências

AKDERE, Ç.; BARON, C. (Org.). *Economics and literature: a comparative and interdisciplinary approach*. Nova York: Routledge, 2018.

DE PAULA, J. A. de. Pensamento econômico e história do pensamento econômico no Brasil. In: SAES, A. M.; RIBEIRO, M. A. R.; SAES, F. A. M. de (Org.). *Rumos da história econômica no Brasil: 25 anos de ABPHE*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, p. 431-498, 2017.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAORO, R. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2001.

FRANCO, G. Economia e Literatura. Youtube, 26 nov. 2019. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=f\\_NRdO\\_FQBk](https://www.youtube.com/watch?v=f_NRdO_FQBk)>. Acesso em: 17 maio 2024.

FRANCO, G. *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

FRANCO, G. Economia na PUC-Rio: notas de uma testemunha. In: SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. da S. (Org.). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANCO, G. A primavera liberal. *O Estado de São Paulo*, 25 de novembro de 2018, Caderno Opinião.

FRANCO, G. R. D. *O Estado de São Paulo*, 23 de fevereiro de 2020, Caderno Opinião.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GLEDSON, J. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LEO, S. Um liberal heterodoxo. *Valor*, 13 de abril de 2012, Caderno Eu & Fim de Semana, p. 16-20.

PASTA JÚNIOR, J. A. *Formação supressiva: constantes estruturais do romance brasileiro*. São Paulo: USP, 2011 (Tese de Livre-Docência em Letras da USP).

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTILLO, F. A. Fictional literature as a means to understanding eco-



conomic history. 35TH ECONOMIC AND BUSINESS HISTORICAL CONFERENCE SOCIETY, 2010, Braga, Portugal.

RESENDE, M. T. A história do pensamento econômico no centro e na periferia: abordagens, perspectivas e possibilidades de pesquisas. In: SARAIVA, L. F.; MORAES, A. de (Org.). *Economia e modos de vida: reflexões da história sobre teoria, metodologia e objetos*. São Paulo: Hucitec, p. 111-152, 2022.

SAMPAIO, E. de O. *Dialogando com Celso Furtado: ensaios sobre a questão da mão de obra, o subdesenvolvimento e as desigualdades raciais na formação econômica do Brasil*. São Paulo; Salvador: Hucitec Editora, 2019.

SARAIVA, L. F.; SILVA, R. V. C. da. Da igreja do diabo ao moinho satânico: História Econômica e Antropologia das Economias na gênese do capitalismo. In: SARAIVA, L. F.; MORAES, A. de (Org.). *Economia e modos de vida: reflexões da história sobre teoria, metodologia e objetos*. São Paulo: Hucitec, p. 153-224, 2022.

SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

TRIBE, K. Não um método, mas uma gramática: a economia da palavra. *História Econômica & História de Empresas*, v. 26, n. 2, p. 507-522, 2023.

WALTER, R. Linguagem, contexto e história do pensamento econômico: antes da economia ter sua própria linguagem. *História Econômica & História de Empresas*, v. 26, n. 2, p. 523-540, 2023.